Revista Transmutare
ISSN: 2525-6475

https://periodicos.utfpr.edu.br/rtr

Tecnologias digitais, comunicação e desinformação: práticas de formação continuada docente

Eveline Ferreira de Moraes
line.fmoraes@gmail.com
https://orcid.org/0000-0002-4150-5318
Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT. Cuiabá, Mato Grosso, Brasil.

Ana Lara Casagrande
ana.casagrande@ufmt.br
https://orcid.org/0000-0002-6912-6424
Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT. Cuiabá, Mato Grosso, Brasil.

RESUMO

Este texto aborda a comunicação como dimensão essencial da experiência humana, atravessada pelas tecnologias digitais e pela escola como espaço estratégico no enfrentamento da desinformação em um caminho progressista. O objetivo é articular esse debate à formação docente, por meio da análise de experiências do curso de pós-graduação *lato sensu* em *Práticas Educacionais na docência no século XXI* e do projeto de extensão interinstitucional intitulado *Escola sem fake news.* De abordagem qualitativa e perfil *overview*, mobiliza a análise temática sobre os dados dessas duas frentes. Os resultados indicam um movimento formativo direcionado aos docentes, que toma a comunicação como eixo central da prática educativa e do fortalecimento democrático em contexto de fluxos informacionais intensos e de intensificação do uso de tecnologias digitais.

PALAVRAS-CHAVE: Tecnologias Digitais. Desinformação. Formação continuada docente.

INTRODUÇÃO

Com base em Fiorin (2007), pode-se afirmar que um traço profundo de distinção do ser humano em relação aos outros animais não é apenas a capacidade de emitir sons ou de se comunicar, mas a posse de uma linguagem verbal articulada, estruturada por um sistema de signos. Assim, ele promove uma distinção entre língua, linguagem e fala.

Para ilustrar uma especificidade da comunicação, Fiorin (2007) traz o exemplo das abelhas-obreiras que, ao encontrarem uma fonte de alimento, retornam à colmeia e realizam dois tipos de dança: uma circular, caso o alimento esteja próximo, outra, em formato de oito, caso esteja distante. Essas danças atuam como mensagens que comunicam a descoberta à colmeia, formando um sistema de comunicação que se enquadra na definição de linguagem.

Para Fiorin (2007), a linguagem humana é um sistema simbólico complexo capaz de gerar infinitos enunciados com recursos finitos. Diferentemente da comunicação animal, que se restringe a estímulos biológicos e imediatos, a linguagem humana transcende o presente, permitindo expressar o passado, o futuro e conceitos abstratos.

O recorte atual sobre a comunicação humana, neste texto, diz respeito às tecnologias digitais, que permitem uma disseminação agilizada de informação. Se as cartas impressas tinham sua dinâmica para percorrer o trajeto do remetente ao destinatário, hoje, o tempo entre a produção, a recepção e a disseminação de uma mensagem reconfigura a comunicação em meio à cultura digital, termo de Gere (2008) pertinente para definir a cultura própria do tempo presente.

O lado negativo se revela com a circulação da desinformação, definida como “uma informação problemática, um objeto material que, em vez de alimentar o conhecimento no sistema social, alimenta o caos e a entropia, gerando danos aos atores sociais” (Recuero, 2024, p.18). O fenômeno da desinformação, entendido como complexo, precisa ser enfrentado e um espaço profícuo é a escola. Quando se menciona a escola, requer-se mais concretude para pensar a questão, então, a formação docente ganha centralidade junto à noção de fortalecimento da Educação Digital.

O objetivo deste texto, derivado de tese em Educação, consiste em articular o debate sobre a comunicação como dimensão da experiência humana em intersecção com as tecnologias digitais, a escola como espaço estratégico e a formação docente como potência para o enfrentamento da desinformação digital em um caminho progressista. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e mobiliza a análise temática, a partir do *overview,* tendo como dados: um projeto de extensão e um curso de pós-graduação *lato sensu*.

O artigo está organizado na seção de discussão sobre as tecnologias digitais como catapulta para a disseminação viral de desinformação, sob o título *Tecnologias digitais e potencialização da disseminação da desinformação*. Na sequência, a seção *Formação continuada docente e possibilidades de combate à teia da desinformação* aborda o fortalecimento da temática no âmbito da formação continuada.

Em *Procedimentos metodológicos,* são explicitados o percurso do estudo e os procedimentos que orientam a análise. A seção *Descrição das iniciativas em curso voltadas à formação docente e ao enfrentamento da desinformação*

caracteriza as iniciativas analisadas, destacando seus objetivos e modos de organização. A análise se dá em *Desinformação em foco: análise temática e eixos estruturantes dos projetos,* em que os dados são organizados em três eixos temáticos a partir dos quais se evidenciam as principais contribuições das iniciativas. Por fim, apresentam-se as considerações finais.

TECNOLOGIAS DIGITAIS E POTENCIALIZAÇÃO DA DISSEMINAÇÃO DA DESINFORMAÇÃO

Se, há certo tempo, a profusão das tecnologias digitais relacionadas à comunicação era uma promessa, hoje é fato da contemporaneidade. Esse cenário se soma ao fato de as tecnologias não serem neutras. Pereira, Lima e Romero (2021, p.3) trabalham com o conceito de tecnologia social e, quando respondem à questão sobre ele ter um caráter político, os autores reconhecem ser evidente que a tecnologia não é neutra: "para todos que trabalham com Tecnologia Social, fica mais evidente o conceito da não neutralidade da tecnologia", pois decisões tecnológicas não são apenas técnicas: elas carregam dimensões político-ideológicas tanto na forma como são construídas quanto nas consequências de seu uso, algo que, muitas vezes, não é destacado por abordagens mais técnicas ou tecnicistas.

Isso significa que elas, em si, não dispõem de um potencial benéfico ou maléfico, mas são carregadas de aspectos político-ideológicos. No que tange à comunicação, a disseminação de notícias falsas está vinculada a uma dualidade. Em uma face, muitas pessoas têm voz. A comunicação em massa não está restrita a empresas que se tornaram poderosas ao impor seus vieses ao transmitir informações. O aspecto perigoso é que a curadoria sobre a veracidade do que cada pessoa na *internet* diz é frágil e, caso seja algo falso, pode ser impossível desmentir com a agilidade com a qual a notícia ou informação tenha circulado. Este fato, somado ao analfabetismo funcional de parcela da população, pode encontrar terreno fértil entre pessoas que, embora não tenham tido má-fé, colaboraram para a sua propagação.

No ano de 2024, a pesquisa realizada por meio de amostra probabilística[1] pelo Instituto de Pesquisa Datasenado avaliou a opinião dos brasileiros, entre outras coisas, a respeito do impacto de notícias falsas, indicou que a maioria usa alguma rede social (93%), e mais de 70% dos usuários de redes sociais (72%) dizem ter visto, nos últimos seis meses, notícias que suspeitaram ser falsas (Instituto de Pesquisa Datasenado, 2024).

No relatório dessa pesquisa, *Panorama Político 2024: Notícias falsas e Democracia*, apresenta-se o dado de que boa parte dos entrevistados teve a dificuldade de identificar quais notícias eram falsas nas redes sociais, de maneira que metade dos brasileiros que acessaram notícias falsas (50%) considera ser difícil avaliar se uma notícia é falsa ou verdadeira, enquanto outros 46% consideram fácil realizar a verificação. Sobre a responsabilidade, a maioria dos brasileiros que teve contato com notícias falsas nos últimos seis meses (81%) acredita que as plataformas de redes sociais deveriam ser responsáveis por impedir sua divulgação (Instituto de Pesquisa Datasenado, 2024), o que diz muito sobre a importância da temática da desinformação.

Lida-se com um conceito amplo, que, segundo Assis, Komesu e Pollet (2021), vai além das *fake news*, pois envolve estratégias complexas de manipulação da opinião pública. Inclusive, o termo *fake news* tem sido evitado, segundo as autoras, por ser impreciso ao abranger não apenas notícias falsas, mas também conteúdos manipulados, como *deepfakes*, redes de perfis falsos, *memes*, publicidade direcionada, por exemplo, e devido ao fato de ter sido politizado, quando políticos o utilizam para desacreditar a mídia, atacando a liberdade de imprensa. Assim, há uma associação maior das *fake news* a disputas partidárias e jornalismo de baixa qualidade do que a práticas estruturadas de desinformação (Komesu; Pollet, 2021).

Dessa maneira, a desinformação, em concepção ampla, tem sido mais apropriada como referência às estratégias de fabricação e manipulação de notícias (Komesu; Pollet, 2021). A par do conceito, enfatiza-se que as tecnologias digitais não criaram a desinformação, pois notícias falsas sempre existiram, mas há uma potência em sua disseminação, como visto, a ponto de ser fundamental que a própria pessoa busque uma curadoria da veracidade.

Recuero (2024, p.55) indica a complexidade da questão ao afirmar que há uma gramática da desinformação, "um conjunto complexo, que inclui um conjunto de regras, estruturas e padrões linguísticos que atuam na organização e no funcionamento de um determinado discurso, de um tipo de conteúdo". Ou seja, nota-se a intencionalidade na produção e disseminação de conteúdos chamados de problemáticos para atingir determinados interesses. Interesses de quem? Por que inventar e confundir? Quais as saídas?

Alencar e Brisola (2022) consideram que competências que constituem a alfabetização midiática e informacional se tornaram urgentes com o fenômeno da desinformação, pela ampliação das possibilidades de manipulação pelo sistema informacional atual e pelo alcance das redes sociais digitais. A autora define a alfabetização midiática e informacional como "uma combinação de conhecimentos, atitudes, habilidades e práticas necessárias para acessar, analisar, avaliar, usar, produzir e comunicar informações e conhecimentos de maneiras criativas, legais e éticas" (Alencar; Brisola, 2022, p.27). A educação midiática é promissora nesse sentido.

A Secretaria de Comunicação da Presidência da República realizou uma consulta pública no ano de 2023, de 19 de maio a 30 de junho de 2023, com 418 contribuições. Tratou-se de uma iniciativa que visava sistematizar informações e definir os eixos de atuação no campo da educação midiática a partir de contribuições críticas e sugestões de diversos setores (Brasil, 2023). Considerando a necessidade de enfrentar a desinformação no campo educacional e as possibilidades de atuação da escola, essa discussão será aprofundada.

FORMAÇÃO CONTINUADA DOCENTE E POSSIBILIDADES DE COMBATE À TEIA DA DESINFORMAÇÃO

Cavaco (1999) aborda os movimentos pelos quais a escola passou e cita as contradições que a atravessam: sua dimensão conservadora, de reprodução do sistema, ao mesmo tempo em que sugere que a instituição representa o ainda imperfeito resultado de um imenso esforço social de criação de oportunidades

para os mais desprotegidos dentro de um sistema, precisa também estar aberta à mudança.

A mesma autora enfatiza que uma escola abriga múltiplos grupos que interagem, projetos pessoais e coletivos que se entrelaçam e dinâmicas externas que influenciam o cotidiano. Nesse processo, formam-se regras de relacionamento que precisam ser pactuadas e aprofundadas. Isso é essencial para compreender os acontecimentos e promover "intervenção esclarecida na mudança" (Cavaco, 1999, p.177), isto é, mudanças conscientes. O que se considera aqui a via do caminho a que se chama de progressista.

Tais mudanças nem sempre são possíveis de serem acompanhadas ou abordadas por meio da formação inicial de professores, uma vez que existe um grande contingente de docentes que está em atividade docente nas redes de ensino há muitos anos. Isto é, reconhece-se que é possível discutir os projetos pedagógicos dos cursos de licenciatura e tratar da formação inicial, mas não se pode ignorar o enorme número de docentes que está em sala de aula há certo tempo. Soma-se a essa lembrança o dado de que, dos 557.454 docentes que atuaram no Ensino Médio em 2025, por exemplo, "95,8% têm nível superior completo (90,6% em grau acadêmico de licenciatura e 5,2%, bacharelado) e 4,2% possuem formação de nível médio ou inferior" (Brasil, 2026, p.60). Assim, a formação continuada é uma dimensão importante para o debate sobre o enfrentamento da desinformação, na perspectiva de que a escola é um espaço profícuo para este fim.

Tiroli e Jesus (2022) afirmam que a formação de professores é um campo de disputa política e embate teórico-pedagógico-conceitual, mas que, em sua concepção, deve ser construída coletivamente pela sociedade de forma horizontal, plural, indo além de uma visão limitada a técnicas e procedimentos, voltada para o desenvolvimento crítico, teórico, cultural e científico, com autonomia e compromisso democrático.

Tiroli e Jesus (2022, p.15) constatam que "as resoluções vigentes sobre a Educação Básica configuram uma concepção de ser e fazer docente centrada no pragmatismo, imediatismo e tecnicismo", colocando-se contrários a essa visão, anunciada como crítica e emancipatória. É nessa perspectiva que se defende o fortalecimento da temática da desinformação no âmbito da formação continuada.

Quanto à Resolução CNE/CP nº 01/2020, que estipulou as Diretrizes Curriculares Nacionais e instituiu a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada), dentre as dez competências gerais estabelecidas para os docentes, destacam-se duas que estão relacionadas ao trato da questão da desinformação, quais sejam: a de número 5, em suma, trata de compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética; e a de número 7, que se refere ao desenvolvimento de argumentos com base em fatos, dados e informações científicas para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns (Brasil, 2020).

Acredita-se que essas competências se relacionam estruturalmente com o fenômeno da desinformação, especialmente no contexto da formação continuada docente e do desenvolvimento da cultura científica na escola. A competência 5 pode ser compreendida como um eixo de letramento digital crítico. Não se trata apenas de operar recursos digitais, mas de compreender como a informação é produzida, filtrada e distribuída por plataformas e algoritmos, identificando

fontes confiáveis, estratégias de manipulação (como a descontextualização de dados) e dinâmicas de bolhas informacionais.

Articulada ao escopo da ética, a competência 5, fixada na Resolução CNE/CP nº 01/2020 (Brasil, 2020), implica o reconhecimento das consequências sociais e morais de compartilhar conteúdo não verificado, considerando danos potenciais, violações de direitos humanos e a responsabilidade na mediação de informações. Parece fundamental que os docentes trabalhem na sua prática pedagógica junto aos estudantes o desenvolvimento da ação de checagem e busca por evidências. Assim, no âmbito pedagógico, é fundamental transformar situações de contato com a desinformação em objeto de ensino e, institucionalmente, contribuir para uma cultura escolar voltada à análise crítica de fontes.

A competência geral docente número 7, por seu turno, ao enfatizar a formulação de argumentos com base em fatos, dados e informações científicas (Brasil, 2020), insere-se na perspectiva da argumentação baseada em evidências, central na educação científica e na educação para a cidadania. Em contextos marcados pela desinformação, ela favorece a distinção entre opinião e evidência, exigindo que os posicionamentos sejam embasados em dados empíricos, pesquisas científicas e estatísticas confiáveis. Ao reconhecer a autoridade epistêmica da ciência (sem negar sua revisabilidade), essa competência é particularmente relevante em temas-alvo de desinformação, como vacinas, mudanças climáticas e saúde pública.

A falta de articulação entre evidências e valores éticos pode contribuir para que os sujeitos se tornem vulneráveis a narrativas aparentemente morais, mas baseadas em falsidades. Retoma-se a ideia de que a capacidade de avaliar argumentos, identificar falácias e demandar evidências robustas é um importante fator de proteção contra a criação e disseminação de notícias e informações falsas.

Não desprezando as críticas às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica, como há no trabalho de Ruiz (2022, p.264), que analisa elementos da Resolução CNE/CP nº 01/2020 e indica que se atribui ao docente "a função de orientador e promotor de competências [o que] revela o esvaziamento da sua função e a centralidade no saber fazer", considera-se que as competências gerais docentes evidenciadas são saberes relevantes para o trabalho com a desinformação na escola, pois eles sustentam a formação de sujeitos que possam atuar como sujeitos epistêmicos ativos, que não apenas consomem informação, mas a utilizam de forma responsável para intervir no debate público.

Gomes (2024) defende a inclusão da educação midiática e da divulgação científica no currículo escolar. Candau (2000, p.31) enfatiza sua importância, indicando que "carrega em si o confronto entre diferentes forças políticas, econômicas, sociais e culturais que participam da luta pela hegemonia em um determinado contexto histórico".

Tratando especificamente da formação continuada docente, Imbernón (2010, p.26) defende a participação dos docentes em processos de inovação na prática educativa, caso contrário, pode haver uma conversão da formação "em uma ficção ou em um jogo de espelhos que pode, inclusive, chegar a refletir processos imaginários, quando não simplesmente uma mera alteração técnica ou terminológica promovida a partir do topo". De maneira que "no momento de

planejar a formação, executá-la e avaliar seus resultados, os professores participem de todo o processo e suas opiniões sejam consideradas" (Imbernón, 2010, p.32).

Uma constatação é feita sobre a prática pedagógica docente quando Imbernón (2010) afirma que a maior parte dos docentes recebe pouco retorno sobre sua prática, com uma diferença essencial entre o que seja formação e o que seja avaliação como controle do trabalho desenvolvido. Quando se aborda a relação entre formação continuada e as práticas educativas, pensa-se em possibilidades de combate à teia da desinformação a partir do novo contexto social no qual as práticas educativas se dão, assim como assentadas na noção de uma docência comprometida com a emancipação dos sujeitos e com a democracia.

Cavalcante (2024) mostra a importância de educar para a informação como um jeito de formar cidadãos livres e aptos a fazer escolhas conscientes, o que passa pela relação entre educação e comunicação, pela Educação Midiática, de maneira que, na formação docente, o processo comunicativo (mídias, tecnologias e linguagens) seja estudado, praticado e aprimorado pelo prisma de uma relação emancipadora com as mídias. O autor considera, então, "[...] imperativo pensar em modelos de formação docente e propostas relacionadas a questões atuais envolvendo as tecnologias e as mídias digitais" (Cavalcante, 2024, p.64).

Aborda-se a formação continuada docente como eixo relevante para a temática da desinformação sem o intuito de culpar os docentes ou ingenuamente acreditar que eles podem resolver todos os problemas do campo educacional. Feita essa ressalva, a próxima seção apresentará os procedimentos metodológicos adotados nesta investigação. Ao compreender como essas iniciativas formativas contribuem para o combate à desinformação, torna-se possível identificar caminhos para fortalecer o papel docente na promoção de uma cultura de informação mais crítica e responsável.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo está vinculado a uma pesquisa de doutorado em Educação, de abordagem qualitativa, que tem como um dos objetivos específicos levantar e analisar iniciativas educacionais de pesquisa e de formação docente no combate à desinformação. Para que ele seja alcançado, faz-se aqui uma análise temática, considerando as seguintes fontes: 1) Pós-graduação *lato sensu* e 2) Projeto de extensão. As fontes foram obtidas por meio de *overview* e estão vinculadas ao objetivo geral da tese em andamento. A pesquisa de perfil *overview* apresenta como características: o mapeamento de estudos disponíveis, com avaliação da pertinência para o tema trabalhado; síntese geralmente narrativa, ainda que possa incorporar elementos tabulares; e a análise dos achados que pode ser organizada de forma cronológica, conceitual, temática, entre outras possibilidades (Grant; Booth, 2009).

A escolhida para este texto, como anunciado, foi a análise temática que permite atender ao padrão para procedimento analítico para dados qualitativos, com etapas de leitura atenta, criação de unidades, análise e elaboração do relatório final. Rosa e Mackedanz (2021, p.20) definem a análise temática como "uma forma mais flexível de análise qualitativa".

Tal flexibilidade a diferencia de outras possibilidades, como Análise do Discurso, por permitir "uma análise geral, muito semelhante à hermenêutica, e poder utilizar os códigos gerados para fazer comparações em diversos referenciais teóricos" (Rosa; Mackedanz, 2021, p.10). Os resultados da análise são apresentados na próxima seção, a partir de temas obtidos por meio de organização em planilha do Excel quanto ao nível semântico dos textos das iniciativas.

DESCRIÇÃO DAS INICIATIVAS EM CURSO VOLTADAS À FORMAÇÃO DOCENTE E AO ENFRENTAMENTO DA DESINFORMAÇÃO

O curso de pós-graduação *lato sensu* em *Práticas Educacionais na docência no século XXI*, de 404 horas distribuídas em 18 meses, tem como objetivo explicitado no seu projeto pedagógico o "aprimoramento contínuo e sustentável de práticas educacionais para o exercício de uma docência consonante com as demandas socioculturais do século XXI" (IFF, 2021, p.09). Ademais, o curso vinculado ao Instituto Federal Fluminense (IFF) pretendeu, entre outros, desenvolver a formação continuada de docentes e profissionais de educação para o uso de múltiplas tecnologias no cotidiano escolar; trabalhar abordagens pedagógicas interdisciplinares, inclusivas e sustentáveis, em perspectiva ética e de Direitos Humanos; e estimular produção autônoma e coletiva por meio de projetos em tecnologias e práticas educacionais (IFF, 2021).

Tratou-se de uma especialização voltada principalmente a docentes da Educação Básica, técnica e superior, além de outros profissionais da educação (pedagogos, gestores, técnicos pedagógicos etc.) que lidam com processos formativos. Sua estrutura modular envolve três módulos.

A temática *fake news* e desinformação aparece explicitamente no componente curricular *Mídias Sociais e Educação* (Módulo 1, 32 horas). Na ementa, constam: *A problemática das Fake News*, *O Cyberbullying* e *A internet como espaço de aprendizagem*. Nos conteúdos programáticos, o tema está localizado no tópico 3: A sociedade da informação, constando: 3.1 *A modernidade líquida*, 3.2 *Escritas e leituras digitais*, 3.3 *A problemática das Fake News* e 3.4 O *Cyberbullying* (IFF, 2021).

Nota-se que a abordagem da desinformação está inserida no contexto da sociedade da informação, cibercultura e das redes sociais digitais, bem como articulada a práticas de leitura e escrita digitais, à formação crítica para o uso de mídias sociais e à discussão de riscos como desinformação e *cyberbullying*. A bibliografia incluiu autores centrais da área, como Manuel Castells, Pierre Lévy, Raquel Recuero e Lúcia Santaella na bibliografia básica e Zygmunt Bauman, por exemplo, na bibliografia complementar (IFF, 2021), o que reforça a densidade teórica da abordagem.

Além da menção direta no referido módulo e disciplina, há componentes que, mesmo sem citar desinformação nominalmente, tratam de fundamentos próximos à educação midiática e ao enfrentamento da desinformação, por meio da leitura crítica, direitos humanos, cidadania digital e tecnologias. Por exemplo, ao abordar a questão da Educação em Direitos Humanos, é possível dar base conceitual para discutir desinformação como ameaça à democracia e aos direitos, assim como, ao indicar a discussão das tecnologias nas práticas educacionais,

pode-se dar suporte para práticas de letramento digital e de uso crítico da internet.

Outro projeto voltado à formação docente em educação midiática crítica, com previsão de ações de combate à desinformação no nível da extensão interinstitucional, denomina-se *Escola sem fake news,* coordenado pela Docente do Departamento de Letras da Universidade Federal de São Carlos (Universidade Federal de São Carlos - UFSCar), Mariana Peixoto, e tendo como coordenador de comunicação Marco Túlio Câmara, Docente do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Tocantins (Universidade Federal do Tocantins - UFT).

A definição em *Sobre nós*, no endereço eletrônico do projeto, afirma que se trata de "um projeto de extensão interinstitucional dedicado à formação docente em educação midiática crítica, que nasce do compromisso com uma educação mais consciente, reflexiva e alinhada aos desafios contemporâneos da informação" (*Escola sem fake news*, 2026, s./p.).

Nota-se o foco na formação continuada de professores, com base acadêmica, mas também com forte componente prático e diálogo com o jornalismo. No endereço eletrônico do projeto, informa-se que ele agora integra o *Mapa Brasileiro da Educação Midiática*, iniciativa da Secretaria de Comunicação Social (SECOM) em parceria técnica com a agência de jornalismo e soluções de comunicação, sem fins lucrativos *Porvir* e em cooperação com a UNESCO Brasil (*Escola sem fake news*, 2026).

As principais ações se dão em quatro frentes principais: grupo de Estudos, com encontros mensais, eventos (ciclos de palestras, webinários e mesas-redondas), materiais educativos (produzidos pelos participantes do projeto, disponíveis para uso), notícias e divulgação (seção de notícias com registros de participação em eventos). Na aba grupo de estudos, indica-se o encontro via Conferência Web da RNP do mês de março de 2026, para os inscritos, por exemplo, em que a leitura de discussão indicada é o livro *Mercadores da Dúvida*, de Naomi Oreskes e Erik M. Conway (*Escola sem fake news*, 2026).

Pela divulgação no site, na aba intitulada *Materiais,* disponibiliza-se para ser baixado o *Guia: Enfrentando a desinformação nas escolas*, que trabalha desinformação relacionada a gênero e raça, destinado a estudantes e docentes do Fundamental II e do Ensino Médio, com propostas de ações coletivas e individuais. O material está dividido em duas partes, uma delas está exposta na Figura 1.

Figura 1: Enfrentando a desinformação nas escolas (formato para impressão, parte 1)



Fonte: *Site Escola sem fake news* (2026).

Anuncia-se a autoria do projeto Escola sem *fake news* com o *Instituto de estudos avançados em iniquidades, desigualdades e violências de gênero e sexualidade e suas múltiplas insurgências (INCT) Caleidoscópio*[2].

No material (Figura 1), afirma-se que o modelo de negócios das plataformas digitais estimula conteúdos que geram medo, ódio e confusão, o que torna impossível combater a desinformação apenas com ações individuais e considera-se necessária a combinação de regulação, políticas públicas e mecanismos específicos de proteção para estudantes, docentes e famílias. Recomenda-se que, ao buscar informações, as pessoas recorram a fontes confiáveis, como órgãos oficiais, instituições públicas de Educação Superior, organizações de direitos humanos, organizações internacionais e agências de checagem.

Considerando que os projetos descritos apresentam eixos comuns, após sua caracterização, são apresentados, a seguir, os temas resultantes de uma leitura criteriosa e da seleção desses eixos compartilhados, descritos como temas.

DESINFORMAÇÃO EM FOCO: ANÁLISE TEMÁTICA E EIXOS ESTRUTURANTES DOS PROJETOS

Compreendendo a formação continuada e o combate à desinformação como nevrálgicos para o campo educacional, foram analisados o curso de pós-graduação *lato sensu Práticas Educacionais na docência no século XXI* e o projeto extensionista *Escola sem fake news.* Após planilhados em *Excel* conceitos essenciais de cada um deles, chegou-se aos três temas: Tema 1: Formação docente continuada; Tema 2: Mediação crítica da informação; Tema 3: Compromisso com democracia, direitos e cidadania. Em tempo, o tema é compreendido como um investimento semântico de natureza puramente conceitual, cujas categorias organizam, categorizam e ordenam os elementos (Fiorin, 2006).

Quanto à *Formação docente continuada*, no curso de Pós-Graduação, constitui-se o pilar central e explícito. A concepção pedagógica se fundamenta na "formação continuada de docentes e profissionais de educação para a utilização de tecnologias e para o desenvolvimento de práticas educacionais emancipatórias" (IFF, 2021, p. 10). A formação é entendida como um processo sistêmico, abrangendo dimensões culturais, políticas, epistemológicas, tecnológicas e éticas.

No projeto *Escola sem Fake News*, a formação continuada assume um caráter mais horizontal e em rede. Como projeto de extensão interinstitucional, ele se organiza principalmente por meio de um grupo de estudos mensal, ciclos de eventos e produção de material de domínio público. A formação ocorre na troca de conhecimento, focada no domínio específico da educação midiática crítica. Diferentemente do curso formal, a participação é aberta, voluntária e alimentada pelo compartilhamento de experiências e materiais práticos, como o guia *Enfrentando a desinformação nas escolas*.

Ambos partem da premissa de que a formação docente não termina com a graduação. O curso oferece uma estrutura curricular formal e abrangente; o projeto oferece um espaço de atualização contínua e especializada em um tema urgente. Ambos contribuem sobremaneira, um, ao fornecer a base teórica e multidisciplinar, enquanto o outro oferece um espaço de discussão prática sobre o fenômeno social complexo da desinformação. Recuero (2024) reconhece o letramento digital e informacional como parte do combate aos sistemas desinformativos. Ele é obtido, segundo a autora, por meio de "práticas educacionais críticas, capazes de colocar em discussão o sistema das tecnologias digitais" (Recuero, 2024, p.165).

Acredita-se que, via formação continuada, seja possível fomentar o letramento digital e informacional entre os docentes para que isso se propague para os estudantes na ocasião do contato com sua prática educativa em sala de aula, o que se liga ao próximo tema: a mediação crítica da informação.

Há certo tempo, Candau (2000, p.61) fazia referência a uma "consciência de que estamos vivendo mudanças profundas, que ainda não somos capazes de compreender adequadamente". Isso parece mais verdadeiro hoje. Esse tema da mediação crítica passa a ser fundamental no eixo da comunicação e está presente no curso de especialização, mais circunscrito a um componente curricular específico: *Mídias Sociais e Educação*.

Sua ementa inclui diretamente as *fake news* vistas como uma problemática, assim como os ataques e a discriminação digital: *cyberbullying*, inserindo-os no contexto da sociedade da informação, escritas e leituras digitais. A abordagem é, portanto, sistematizada e curricularizada, conectando a crítica à desinformação com teorias da cibercultura, capital social no ciberespaço e o uso pedagógico das redes. Outras disciplinas, como *Tecnologias e Práticas Educacionais* e *Projetos em Tecnologias Educacionais*, fornecem reflexões que podem ser mobilizadas para projetos de letramento midiático.

No projeto, a mediação crítica da informação é a razão de ser da iniciativa. Todo o esforço está concentrado em formar docentes para que desenvolvam, por sua vez, a capacidade crítica dos estudantes de se comunicarem no mundo digital. O foco é identificar desinformação, entender seus mecanismos de propagação e criar estratégias de checagem. O material educativo produzido

(como o guia mencionado) é um recurso para mediação em sala de aula em se tratando de desinformação com viés de gênero e raça.

Os dois reconhecem a centralidade do tema, mediar criticamente as informações em um cenário no qual “a desinformação hoje é constituída por uma pluralidade de dinâmicas que articulam processos de imitação, contágio, silenciamento e propagação intensa de fluxos dispersos de opiniões nas redes sociais on-line” (Salgado; Mattos, 2021, p.59). O curso o integra a um quadro mais amplo de competências para o século XXI, enquanto o projeto o eleva à condição de prioridade absoluta. A abordagem do curso é mais teórico-reflexiva; a do projeto é mais operacional. O projeto poderia ser visto como uma espécie de especialização aplicada de um dos tópicos que o curso aborda. Assim, entende-se que eles reconhecem e incentivam a mediação crítica da informação como parte da comunicação no tempo presente. Os dados aqui analisados se referem, então, a processos de natureza comum, relacionados à Educação, para observar possibilidades de lidar com a comunicação pela via da formação docente.

Sobre o *Compromisso com Democracia, Direitos e Cidadania*, nota-se, no curso, que a justificativa do Projeto Pedagógico está ancorada na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na Constituição (IFF, 2021, p. 8), e seus pilares declarados são “direitos humanos, inclusão, sustentabilidade e interdisciplinaridade” (IFF, 2021, p. 7). Disciplinas, como *Educação em Direitos Humanos* e *Práticas Inclusivas,* dedicam-se diretamente ao tema. A concepção do curso visa “práticas educacionais emancipatórias” e a valorização da "diversidade cultural, étnico-racial e de gênero” (IFF, 2021, p. 10).

No projeto *Escola sem Fake News*, o compromisso democrático é a motivação política declarada. O combate à desinformação não é apresentado apenas como uma habilidade técnica, mas como um ato de defesa da democracia e dos direitos humanos. A desinformação é entendida como uma mina do debate público, que alimenta o ódio e prejudica grupos vulneráveis, como requisito para a cidadania plena no século XXI.

Ambos compartilham uma base ética sólida de defesa dos direitos humanos, da diversidade e da democracia. Para Recuero (2024, p.136), um efeito da proliferação e legitimação das narrativas desinformativas e dos sistemas desinformativos em sistemas políticos se dá a partir da “crise da democracia”, o que ganha força também “no surgimento e fortalecimento da extrema direita em vários países do mundo”. Com ênfase para “um novo populismo autoritário dentro dos movimentos políticos” (Recuero, 2024, p.137).

No curso, este compromisso com a perspectiva democrática, o respeito aos direitos e à cidadania permeiam a proposta formativa. No projeto, ele é focalizado contra a ameaçada desinformação sistemática à democracia. Eles se reforçam à medida que o curso fornece a base ética e política; o projeto mostra uma frente concreta de atuação nessa luta, inclusive por meio de site de domínio público.

CONCLUSÕES

A comunicação constitui dimensão estruturante da condição humana e da vida em sociedade. Nesse sentido, ela envolve processos de negociação de sentidos que influenciam a forma como o mundo é compreendido. Na sociedade

marcada pelas tecnologias digitais, essa centralidade se intensifica diante do sistema da desinformação.

Justamente nesse contexto é que se considera a disseminação planejada ou irresponsável de conteúdos falsos, distorcidos ou descontextualizados como comprometedor da confiança que sustenta o tecido social. Nesse horizonte, o curso de pós-graduação *lato sensu Práticas Educacionais na Docência do Século XXI* e o projeto extensionista *Escola sem Fake News* configuram respostas formativas que convergem para qualificar a experiência comunicativa em contextos educativos.

Considerados em conjunto, o curso de especialização e o projeto de extensão ilustram um movimento formativo que compreende a comunicação como eixo estruturante da prática educativa e como possibilidade de fortalecimento da democracia. Considera-se que, em uma sociedade atravessada por fluxos intensos de informação, a luta contra a desinformação é, em última instância, uma luta pela dignidade humana, pela efetividade dos direitos e pela consolidação de uma cidadania ativa e consciente.

No presente texto, assume-se a posição de que é preciso investir na formação continuada docente como modo de combater (e o termo é este mesmo) o complexo fenômeno da desinformação, que deteriora o debate público, fragiliza a credibilidade de instituições científicas e democráticas, alimenta preconceitos e violências e dificulta a construção da convivência plural.

Em um cenário de forte assimetria de poder entre grandes plataformas e usuários, apontam-se aqui exemplos de possibilidades para a formação docente, mas sem a ingenuidade de acreditar que a responsabilização pela checagem e filtragem da informação deve recair exclusivamente sobre indivíduos; aqui, defende-se, sim, a educação midiática e práticas pedagógicas que fortaleçam o discernimento crítico.

Digital technologies, communication, and disinformation: formative practices of continuing teacher education

ABSTRACT

This text addresses communication as an essential dimension of human experience, permeated by digital technologies and school as a strategic space for confronting disinformation on a progressive path. The objective is to connect this debate to teacher education by analyzing experiences from the postgraduate *lato sensu* course in *Educational Practices in Teaching in the 21st Century* and the interinstitutional extension project *School without Fake News*. Adopting a qualitative approach and an overview profile, the study employs thematic analysis of data from these two fronts. The results indicate a training movement aimed at teachers that positions communication as the central axis of educational practice and democratic strengthening in the context of intense information flows and the increasing use of digital technologies.

KEYWORDS: Digital technologies. Disinformation. Continuing teacher formation.

Tecnologías digitales, comunicación y desinformación: prácticas de la formación docente continua

RESUMEN

Este texto aborda la comunicación como una dimensión esencial de la experiencia humana, atravesada por las tecnologías digitales y la escuela como un espacio estratégico en el enfrentamiento de la desinformación en un camino progresista. El objetivo es articular este debate con la formación docente, mediante el análisis de experiencias del curso de posgrado *lato sensu* en *Prácticas Educativas en la Docencia en el Siglo XXI* y del proyecto de extensión interinstitucional *Escuela sin Noticias Falsas*. Con enfoque cualitativo y perfil overview, se emplea el análisis temático sobre los datos de estas dos instancias. Los resultados indican un movimiento formativo dirigido al profesorado que sitúa la comunicación como eje central de la práctica educativa y del fortalecimiento democrático en un contexto de intensos flujos de información y de intensificación del uso de tecnologías digitales.

PALABRAS CLAVE: Tecnologías digitales. Desinformación. Formación docente continua.

NOTAS

[1] O período de realização da pesquisa foi de 5 a 28 de junho e envolveu a entrevista, por telefone, com 21.808 cidadãos, quase 170 milhões de pessoas (169.840.184) com 16 anos ou mais.

[2] Criado em 2022, com sede na Universidade de Brasília, o *INCT Caleidoscópio* congrega núcleos e laboratórios de pesquisa de 24 instituições de ensino superior que se organiza pelas coordenações regionais Sul/Sudeste, Centro-Oeste, Norte/Nordeste e Amazônia Legal. Com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Disponível em: https://caleidoscopio.unb.br/acessorapido1. Acesso em: 28 abr. 2026.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Ana Paula; BRISOLA, Anna Cristina. Abordagens pedagógicas no combate à desinformação: uma análise de planos de aulas compartilhados na internet. **Comunicação & educação**, ano XXVIII, n. 1, jan./jun. 2022. Disponível em: https://revistas.usp.br/comueduc/pt_BR/article/view/194588/196036. Acesso em: 26 mar. 2026.

ASSIS, Juliana Alves; KOMESU, Fabiana; POLLET, Marie-Christine. A formação do leitor no contexto da desinformação e das fake news: desafios para os estudos de letramentos na pandemia da covid-19 e além. **Scripta**, v. 25, p. 9-38, 2021. Disponível em: https://periodicos.pucminas.br/scripta/article/view/27640. Acesso em: 15 mar. 2026.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 1**, de 27 de outubro de 2020. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada). Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/resolucoes/resolucoes-cp-2020. Acesso em: 24 mar. 2026.

BRASIL. **Censo Escolar da Educação Básica 2025** - Resumo Técnico. Ministério da Educação, Diretoria de Estatísticas Educacionais, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Brasília, Inep/MEC, 2026. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_da_educacao_basica_2025.pdf. Acesso em 21 mar. 2026.

BRASIL. Secretaria de Comunicação da Presidência da República. **Consulta pública sobre educação midiática:** texto de referência. Disponível em: https://www.gov.br/participamaisbrasil/educacao-midiatica. Acesso em: 07 mar. 2026.

CANDAU, Vera Maria. Construir Ecossistemas educativos - revinventar a escola. In: **Reinventar a escola**. CANDAU, Vera Maria (Org.). Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p.11-16.

CAVACO, Maria Helena. Ofício do professor: o tempo e as mudanças. In: **Profissão Professor**. NÓVOA, António. Portugal: Porto Editora, 1999. p.155-191.

CAVALCANTE, Cavalcante, Márcio Darlen Lopes. **Educar para a informação**: a importância de formar professores em educação midiática e no combate à desinformação. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação na Amazônia – Rede EDUCANORTE, Universidade Federal do Oeste do Pará. Santarém, 2024. 204 p.

ESCOLA SEM FAKE NEWS (site). **Escola sem fake news** - projeto de extensão interinstitucional. Disponível em: https://www.escolasemfakenews.com/. Acesso em: 28 mar. 2026.

FIORIN, José Luiz. **Elementos de análise do discurso**. 14 ed. São Paulo: Contexto, 2006.

FIORIN, José Luiz (Org.). **Introdução à Linguística**. São Paulo: Contexto, 2007.

GERE, Charlie. **Digital Culture**. 2ª ed. London: Reaktion Book, 2008.

GOMES, César. Combate à desinformação, currículo escolar e educação midiática. **Educação Pública** - Divulgação Científica e Ensino de Ciências, v. 3, n. 3, nov. 2024. Disponível em: https://educacaopublica.cecierj.edu.br/divulgacao-cientifica/index.php/educacaopublica/article/view/248/152. Acesso em: 22 mar. 2026.

GRAND, Maria J.; BOTH, Andrew. A typology of reviews: an analysis of 14 review types and associated methodologies. **Health Information and Libraries Journal**, v. 26, p.91–108. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/19490148/. Acesso em: 20 mar. 2026.

IFF - Instituto Federal Fluminense. **Projeto pedagógico de curso de pós-graduação lato sensu em Práticas Educacionais na docência no século XXI.** Campos dos Goytacazes, RJ, 2021. Disponível em: https://portal1.iff.edu.br/nossos-campi/campos-centro/cursos-nova-interface/arquivos/ppc-da-pos-em-praticas-educacionais-ago2021.pdf. Acesso em: 15 mar. 2026.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação continuada de professores**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

INSTITUTO DE PESQUISA DATASENADO. **Panorama Político 2024**: Notícias falsas e Democracia, ago. 2024. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/materias/relatorios-de-pesquisa/pesquisa-datasenado-revela-o-que-pensa-o-brasileiro-sobre-fake-news. Acesso em: 08 mar. 2026.

PEREIRA, JÚLIA Granja Figueiredo; LIMA, Robson Pereira de; ROMERO, Sérgio Luiz Gusmão Gimenes. As Tecnologias não são neutras: por uma tecnologia participativa e emancipadora - Entrevista com Wagner Ragi Curi Filho. **Revista Engenharia de Interesse Social**, v. 6, n. 7, p. 1-9, 2021. Disponível em: https://revista.uemg.br/reis/article/view/5835/3544. Acesso em: 08 mar. 2026.

ROSA, Liane Serra da; MACKEDANZ, Luiz Fernando. A análise temática como metodologia na pesquisa qualitativa em Educação em Ciências. **Revista Atos de Pesquisa em Educação,** Blumenau, v. 16, p. 1-23, 2021. Disponível em: https://ojsrevista.furb.br/ojs/index.php/atosdepesquisa/article/view/8574/4963. Acesso em: 28 mar. 2026.

RUIZ, Jucilene de Souza. Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica: uma análise crítica. **Revista Gesto-Debate**, Campo Grande-MS, v. 22, n.14, p.251-267, jan./dez. 2022. Disponível em: https://periodicos.ufms.br/index.php/gestodebate/article/view/17184/11394. Acesso em: 25 mar. 2026.

SALGADO, Tiago; MATTOS, Maria Ângela. Da informação à desinformação: conceitos e abordagens das teorias acerca da comunicação. In: **Sociedade da desinformação e infodemia**. Geane Alzamora, Conrado Moreira Mendes, Daniel Melo Ribeiro (Org.). Belo Horizonte, MG: Fafich/Selo PPGCOM/UFMG, 2021. p. 39-62.

TIROLI, Gustavo; JESUS, Adriana Regina de. Tensões e embates na formação docente: perspectivas históricas e análise crítica da BNC-Formação e BNC Formação continuada. **Olhar de Professor**, v. 25, p. 01-24, 2022. Disponível em: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=68470348068. Acesso em: 21 mar. 2026.

Recebido: 27/05/2026

Aprovado: 30/08/2026
DOI: 10.3895/rtr.v11n0.21845

Como citar: MORAES, E. F.; CASAGRANDE, A. L. Tecnologias digitais, comunicação e desinformação: práticas de formação continuada docente. **Revista Transmutare**. Curitiba, v. 11, e21845, p. 1-18, 2026.

Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rtr>. Acesso em: XXX.

Correspondência:

Eveline Ferreira de Moraes
line.fmoraes@gmail.com

Direito autoral: Este artigo está licenciado sob os termos da licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.